

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)

Dissertação (mestrado)

Monografia (especialização)

TCC (graduação)

Artigo científico

Capítulo de livro

Livro

Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente

 BEATRIZ DE VILHENA MEDEIROS

Data: 19/03/2026 22:07:07-0300

Documento assinado digitalmente

 BEATRIZ FRITZ MACEDO

Data: 23/03/2026 16:55:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

 MANOEL DOMINGOS LEAO DO CARMO

Data: 20/03/2026 20:20:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Local

Data

Documento assinado digitalmente



NATALINA SOUSA FERREIRA

Data: 19/03/2026 22:55:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:



Documento assinado digitalmente

RAQUEL MARTINS DE OLIVEIRA

Data: 20/03/2026 22:59:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 10/2026 - NE-HID/GE-HID/CMPHID/IFGOIANO



ANEXO III - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos Docentes **Raquel Martins de Oliveira (Orientadora)**, **Ângela Cláudia Dias Domingues (Membro)**, **Sidney de Souza Silva (Membro)**, com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EJA PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DIVERSIDADE, EQUIDADE E CIDADANIA DIGITAL”, de autoria do(a) estudante(s) **Beatriz Fritz Macedo, Beatriz Vilhena de Medeiros, Manoel Domingos Leão do Carmo e Natalina Sousa Ferreira**, regularmente matriculado(s) no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Concedida a palavra ao(à) estudante(s), foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela **APROVAÇÃO** do(a) estudante(s), com nota **100**. Encerrada a sessão pública de defesa, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(Assinado Eletronicamente)
Raquel Martins de Oliveira
Orientador/Presidente da Banca

(Assinado Eletronicamente)
Ângela Cláudia Dias Domingues
Membro

(Assinado Eletronicamente)
Sidney de Souza Silva
Membro

Goiânia, 10 de março de 2026.

A banca examinadora poderá deliberar pela **aprovação** do trabalho com atribuição de nota, pela **aprovação com nota mínima**, condicionada à realização de ajustes obrigatórios no prazo 20 dias, ou pela reprovação, quando o trabalho não atender aos critérios acadêmicos exigidos para a conclusão do curso

Documento assinado eletronicamente por:

- **Raquel Martins de Oliveira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 10/03/2026 20:33:38.
- **Angela Claudia Dias Domingues**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 10/03/2026 20:34:51.
- **Sidney de Souza Silva**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 10/03/2026 20:35:10.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 798512
Código de Autenticação: 62fbe83617



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Hidrolândia
Estrada São Brás KM 04 Zona Rural, SN, Zona Rural, HIDROLANDIA / GO, CEP 75340-000
(62) 9112-8719

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EJA PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DIVERSIDADE, EQUIDADE E CIDADANIA DIGITAL

INCLUSIVE EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EJA: DIVERSITY, EQUITY AND DIGITAL CITIZENSHIP

Beatriz de Vilhena Medeiros¹
Instituto Federal Goiano

Beatriz Fritz Macedo²
Instituto Federal Goiano

Manoel Domingos Leão do Carmo³
Instituto Federal Goiano

Natalina Sousa Ferreira⁴
Instituto Federal Goiano

Raquel Martins de Oliveira⁵
Graduada em Letras Português/ Inglês pela UFG
Mestre em Letras e Linguística pela UFG

RESUMO.

Este artigo analisa as práticas educativas inclusivas no contexto da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), com ênfase na diversidade geracional e na cidadania digital. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão da literatura e análise documental de fontes públicas. A revisão foi realizada em bases de dados científicas reconhecidas, priorizando produções recentes que abordam a educação inclusiva, as práticas pedagógicas e o uso das tecnologias digitais na EJA-EPT. A análise documental concentrou-se em legislações e diretrizes educacionais vigentes que orientam essa modalidade de ensino. Os dados foram examinados através da análise de conteúdo, o que possibilitou a identificação de convergências teóricas, lacunas e desafios relacionados à construção de práticas pedagógicas inclusivas. Os resultados indicam que a articulação entre inclusão, diversidade geracional e cidadania digital constitui um eixo estratégico para a permanência, o engajamento e o protagonismo dos estudantes da EJA-EPT.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; EJA-EPT; Práticas Pedagógicas; Cidadania Digital.

¹ Licenciatura em Matemática – UEPA; E-mail: beatriz.medeiros@estudante.ifgoiano.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8724-1594>

² Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica – IFRO E-mail: beatrizfritzmacedo017@hotmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1463-9073>

³ Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras – Língua Portuguesa – UFPA; E-mail: lmanoew@gamil.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8499-4125>

⁴ Licenciatura Plena em Ciências Sociais – UEPA; E-mail natalina.sousa@estudante.ifgoiano.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3735-9247>

⁵ Graduada em Letras Português/ Inglês pela UFG - Mestre em Letras e Linguística pela UFG; E-mail: raquel.oliveira@ifgoiano.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6581-1088>

ABSTRACT.

This article analyzes inclusive educational practices in the context of Youth and Adult Education integrated with Professional and Technological Education (EJA-EPT), with an emphasis on generational diversity and digital citizenship. It is a qualitative, exploratory, and descriptive research study, developed through a literature review and document analysis of public sources. The review was conducted in recognized scientific databases, prioritizing recent publications addressing inclusive education, pedagogical practices, and the use of digital technologies in EJA-EPT. The document analysis focused on current educational legislation and guidelines that govern this teaching modality. The data were examined through content analysis, which allowed for the identification of theoretical convergences, gaps, and challenges related to the construction of inclusive pedagogical practices. The results indicate that the articulation between inclusion, generational diversity, and digital citizenship constitutes a strategic axis for the retention, engagement, and protagonism of EJA-EPT students.

Keywords: Inclusive Education; Adult and Vocational Education and Training; Pedagogical Practices; Digital Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) ocupa um lugar estratégico no enfrentamento das desigualdades educacionais históricas no Brasil. Esse campo educacional atende sujeitos com trajetórias escolares interrompidas, marcadas por múltiplas experiências sociais, culturais e profissionais. Nesse contexto, pensar práticas pedagógicas inclusivas torna-se fundamental para garantir o direito à educação, à permanência e ao sucesso escolar.

A diversidade geracional presente nas turmas da EJA-EPT impõe desafios adicionais ao trabalho docente, sobretudo no que se refere às metodologias de ensino e ao uso das tecnologias digitais. Jovens e idosos compartilham o mesmo espaço formativo, porém apresentam diferentes níveis de familiaridade com recursos tecnológicos, o que exige práticas pedagógicas sensíveis às especificidades dos sujeitos.

Nesse sentido, investigar as práticas educativas inclusivas na EJA-EPT torna-se relevante, uma vez que essa modalidade atende sujeitos historicamente excluídos dos processos formativos formais. A presença de estudantes de diferentes faixas etárias, com trajetórias escolares e experiências profissionais distintas, exige práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como princípio estruturante do ensino, evitando abordagens homogêneas que possam reforçar processos de exclusão.

Além disso, o avanço das tecnologias digitais no campo educacional impõe novos desafios à EJA-EPT, especialmente no que se refere ao acesso, ao uso crítico e à apropriação significativa desses recursos. Nesse cenário, a promoção da cidadania digital, articulada às práticas pedagógicas inclusivas, apresenta-se como um caminho para

fortalecer o protagonismo dos estudantes, ampliar sua participação social e contribuir para a permanência e o êxito escolar. Compreende-se, nesse sentido, a cidadania digital como a capacidade de utilizar as tecnologias de forma ética, crítica e responsável nos diferentes espaços sociais, enquanto o letramento digital refere-se ao desenvolvimento de competências necessárias para acessar, compreender, produzir e compartilhar informações em ambientes digitais.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar como as práticas educativas inclusivas, articuladas à perspectiva da cidadania digital, vêm sendo discutidas e orientadas na literatura científica e nos documentos oficiais no âmbito da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), por meio de uma revisão da literatura e de análise documental. Assim, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como as práticas educativas inclusivas, articuladas à perspectiva da cidadania digital, vêm sendo discutidas e orientadas na literatura científica e nos documentos oficiais no âmbito da EJA-EPT?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva na EJA-EPT

A educação inclusiva é um princípio central das políticas educacionais, reconhecendo a diversidade humana e o direito universal à aprendizagem. Vai além do acesso ao ensino, garantindo permanência, participação e aprendizagem significativa. Exige práticas pedagógicas que considerem ritmos, trajetórias e experiências diversas, promovendo equidade e respeito às especificidades dos estudantes. Na EJA-EPT, inclui valorizar os saberes de jovens, adultos e idosos, consolidando um ensino crítico, emancipador e socialmente relevante. Assim, a inclusão fortalece a cidadania e o desenvolvimento integral dos educandos.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), a inclusão assume contornos ainda mais complexos, uma vez que essa modalidade atende sujeitos com trajetórias escolares interrompidas, frequentemente marcadas por desigualdades sociais, econômicas e culturais. Nesse espaço convivem jovens, adultos e idosos que compartilham experiências diversas e retornam à escola conscientes da importância da educação para o desenvolvimento pessoal e para o progresso social.

Paralelamente, há estudantes advindos de classes sociais mais altas que encontram

na EJA-EPT uma oportunidade de formação e qualificação profissional, o que evidencia a heterogeneidade do público atendido por essa modalidade. Tal diversidade exige práticas pedagógicas sensíveis às realidades dos educandos. Para Freire (1996), a educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos, valorizando seus saberes e experiências de vida, tendo o diálogo como elemento central do processo educativo. Assim, a prática pedagógica assume um caráter crítico e emancipador.

A partir dessa concepção, Mantoan (2003) reforça que a educação inclusiva não se restringe à inserção de estudantes nos espaços escolares, mas implica a reorganização das práticas pedagógicas, do currículo e da gestão escolar, com vistas a garantir a participação efetiva de todos no processo educativo. No âmbito da EJA-EPT, essa concepção pressupõe o reconhecimento das especificidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos, bem como de suas condições de vida e de trabalho, como elementos centrais da organização do ensino e da aprendizagem.

Nessa perspectiva, Arroyo (2017) destaca que a Educação de Jovens e Adultos deve ser entendida como um direito humano fundamental, e não como uma política de caráter compensatório. Nesse sentido, as práticas educativas inclusivas na EJA-EPT precisam superar abordagens homogêneas e padronizadas, valorizando a pluralidade de identidades, saberes, culturas e tempos de aprendizagem presentes nas salas de aula.

Assim, a educação inclusiva, especialmente no âmbito da EJA-EPT, configura-se como um compromisso institucional e pedagógico orientado pela promoção da equidade, da justiça social e do reconhecimento das diferenças, conforme preconizam as políticas de Educação Inclusiva. Nessa perspectiva, a inclusão não se restringe ao acesso físico ao espaço escolar, mas compreende a garantia de condições efetivas de aprendizagem, participação e permanência dos estudantes, considerando suas necessidades educacionais e particularidades individuais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental reconhecer as especificidades dos educandos da EJA-EPT, cujas trajetórias de vida são marcadas por interrupções no percurso escolar, experiências sociais diversas e distintos tempos de aprendizagem, elementos diretamente relacionados aos seus contextos socioculturais. Tal realidade evidencia que práticas pedagógicas homogêneas e padronizadas mostram-se insuficientes para atender à diversidade presente nessa modalidade de ensino.

À luz dessas considerações, as práticas pedagógicas inclusivas na EJA-EPT demandam a superação de modelos tradicionais de ensino, favorecendo abordagens flexíveis, contextualizadas e dialógicas, que valorizem os saberes e as experiências dos

educandos. Ao respeitar a diversidade e reconhecer a pluralidade de identidades no espaço escolar, a educação inclusiva contribui para a efetivação do direito à aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a cidadania e promovendo a emancipação social dos sujeitos.

2.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica

As práticas pedagógicas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica demandam metodologias que articulem a formação geral e a formação para o trabalho, considerando as experiências profissionais, sociais e culturais dos estudantes. Nessa direção teórica, Ciavatta (2019) argumenta que a integração entre trabalho e educação constitui um eixo estruturante da Educação Profissional e Tecnológica, ao possibilitar a construção de conhecimentos significativos, contextualizados e socialmente referenciados.

Nesse sentido, a articulação entre trabalho e educação não pode ser reduzida a uma resposta imediata às demandas do mercado, sob o risco de reforçar uma formação instrumental e utilitarista. Ao contrário, as práticas pedagógicas inclusivas devem problematizar criticamente o próprio mundo do trabalho, reconhecendo as experiências dos estudantes como saberes historicamente construídos. Essa abordagem possibilita a compreensão das relações de poder, das desigualdades sociais e das condições de trabalho, reafirmando o caráter formativo, inclusivo e emancipador da EPT.

Nesse horizonte teórico, Saviani (2013) ressalta que o trabalho educativo deve assegurar o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, sem desconsiderar as condições concretas de existência dos sujeitos. No âmbito da EJA-EPT, essa concepção implica a adoção de práticas pedagógicas que articulem teoria e prática, respeitando os diferentes ritmos, tempos e estilos de aprendizagem dos educandos.

Em consonância com essa perspectiva, as práticas pedagógicas integradoras assumem papel central na construção de uma formação humana integral, ao articular conhecimentos científicos, tecnológicos e saberes do trabalho. Tais práticas favorecem a contextualização do ensino, a interdisciplinaridade e a valorização das experiências dos estudantes. Ao considerar o trabalho como princípio educativo, contribuem para a aprendizagem significativa e para o fortalecimento do protagonismo dos educandos, especialmente daqueles que tiveram seus percursos escolares interrompidos ou marcados por processos de exclusão.

Diante desse cenário, as práticas pedagógicas inclusivas na EJA-EPT exigem estratégias didáticas flexíveis, processos avaliativos de caráter formativo e currículos

integrados, capazes de dialogar com a realidade dos estudantes trabalhadores. Essas práticas devem perpassar todo o ambiente escolar, superando ações pontuais e fragmentadas. A organização pedagógica, nesse sentido, precisa considerar os saberes prévios, as experiências profissionais e as trajetórias de vida dos educandos, ampliando as possibilidades de engajamento e aprendizagem significativa.

Por fim, Neto et al. (2018) destacam que os debates em prol de uma educação inclusiva envolvem todos os atores da comunidade escolar, incluindo professores, coordenadores, gestores e demais profissionais da instituição. A efetivação da inclusão pressupõe, portanto, uma equipe escolar preparada e comprometida com esse processo. A adoção de métodos pedagógicos pautados no respeito mútuo e na valorização da diversidade consolida-se como elemento central para a permanência e o êxito escolar dos educandos na EJA-EPT.

2.3 Diversidade Geracional na Educação de Jovens e Adultos

A diversidade geracional constitui uma característica marcante da EJA-EPT, reunindo jovens, adultos e idosos em um mesmo espaço formativo. Essas heterogeneidades impõem desafios pedagógicos, uma vez que diferentes gerações apresentam expectativas, motivações e experiências distintas em relação à escolarização e ao mundo do trabalho. De acordo com Oliveira (1999), compreender as trajetórias escolares interrompidas é fundamental para a construção de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades dos sujeitos da EJA, considerando suas histórias de vida e os fatores sociais que impactaram seus percursos educacionais.

A aprendizagem ao longo da vida configura-se como princípio orientador das políticas educacionais voltadas à EJA, reconhecendo que o processo educativo não se restringe à infância e à juventude, mas se estende por toda a existência humana. Sob essa ótica, as práticas pedagógicas inclusivas devem contemplar não apenas os aspectos cognitivos, mas também as dimensões afetivas e sociais dos educandos, promovendo ambientes de aprendizagem acolhedores, contextualizados e socialmente significativos.

Nessa realidade, os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos carregam marcas de exclusões históricas e trajetórias sociais diversas, o que demanda práticas pedagógicas que reconheçam os diferentes tempos de aprendizagem e as múltiplas identidades presentes no espaço escolar. Conforme Arroyo (2017), a heterogeneidade etária não deve ser compreendida como obstáculo ao processo educativo, mas como elemento constitutivo da EJA enquanto campo de direitos, reforçando seu caráter político e social.

Complementarmente a essa compreensão, a Educação de Jovens e Adultos caracteriza-se, segundo Haddad (2002), pela pluralidade de experiências de vida e de trabalho trazidas pelos sujeitos que a constituem. A convivência entre diferentes gerações no espaço escolar favorece a circulação de saberes, o diálogo intergeracional e a construção de aprendizagens significativas. Nessa perspectiva, a diversidade geracional potencializa práticas educativas colaborativas, fundamentadas no respeito mútuo, na valorização dos saberes prévios e na construção coletiva do conhecimento.

Embora apresente desafios pedagógicos, a diversidade geracional configura-se também como um significativo potencial educativo, ao possibilitar a troca de saberes entre diferentes gerações, o fortalecimento do respeito mútuo e a construção coletiva do conhecimento, contribuindo para a constituição de práticas pedagógicas mais democráticas, dialógicas e socialmente contextualizadas.

2.4 Cidadania Digital e Tecnologias na EJA-EPT

O avanço das tecnologias digitais tem impactado de forma significativa os processos educativos, exigindo o desenvolvimento de novas competências por parte dos sujeitos. Nessa direção, Kenski (2012) destaca que as tecnologias, quando mediadas pedagogicamente, podem ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem. Contudo, o uso acrítico desses recursos tende a reproduzir ou até intensificar desigualdades já existentes, sobretudo em contextos marcados por assimetrias sociais e educacionais.

A inserção da cidadania digital na EJA-EPT requer formação docente continuada e reflexiva. Franzoi e Silva (2014) defendem que os professores articulem saberes técnicos e pedagógicos para mediar processos educativos críticos, éticos e tecnológicos. Lorenzet e Andreolla (2020) reforçam que o educador deve integrar ensino, pesquisa e extensão, superando abordagens meramente instrumentais e promovendo um currículo interdisciplinar, dialógico e socialmente engajado. Moura (2007) evidencia que a integração entre educação básica, formação técnica e cultura digital é essencial para superar práticas fragmentadas e consolidar aprendizagem significativa e cidadania ativa.

No contexto específico da EJA-EPT, a cidadania digital refere-se ao uso consciente, ético e crítico das tecnologias, possibilitando a participação social e o acesso qualificado à informação. Moran (2007) enfatiza que a mediação pedagógica é elemento central para que as tecnologias contribuam efetivamente para a aprendizagem, especialmente em realidades caracterizadas por desigualdades de acesso e distintos níveis de letramento digital.

Assim compreendida, a cultura digital ultrapassa o uso meramente instrumental das tecnologias, configurando-se como um fenômeno social que influencia os modos de comunicação, a produção do conhecimento e as relações pedagógicas. Compreender a cultura digital na EJA-EPT implica reconhecer que o acesso às tecnologias deve estar articulado a processos formativos que promovam o uso crítico, ético e consciente desses recursos, fortalecendo a autonomia dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas inclusivas contribui para o desenvolvimento da cidadania digital, ampliando as possibilidades de participação social, aprendizagem e emancipação dos estudantes jovens e adultos. Nessa lógica, a articulação entre práticas pedagógicas inclusivas e cidadania digital configura-se simultaneamente como um desafio e como uma possibilidade para a construção de uma EJA-EPT mais democrática, equitativa e socialmente referenciada.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão da literatura e análise documental. A escolha desse delineamento metodológico fundamenta-se na necessidade de compreender, de forma crítica, como as práticas educativas inclusivas, articuladas à diversidade geracional e à cidadania digital, vêm sendo discutidas e orientadas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT)

A revisão da literatura foi conduzida a partir de etapas previamente definidas, compreendendo: (i) a formulação da questão de pesquisa; (ii) a definição dos descritores; (iii) a seleção das bases de dados; (iv) a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; e (v) a análise dos estudos selecionados. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, por se tratarem de repositórios amplamente reconhecidos e utilizados na área da Educação.

Foram utilizados descritores como “Educação de Jovens e Adultos”, “Educação Profissional e Tecnológica”, “EJA-EPT”, “educação inclusiva”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “diversidade geracional” e “cidadania digital”, combinados por meio de operadores booleanos. Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos científicos, dissertações e teses publicados prioritariamente nos últimos 10 anos, em língua portuguesa, que apresentassem relação direta com o objeto de estudo. Foram excluídas

produções duplicadas, estudos que não abordavam a EJA-EPT e trabalhos sem aderência aos eixos analíticos definidos.

De forma complementar, realizou-se uma análise documental de legislações, políticas públicas e documentos institucionais de acesso público, com o objetivo de identificar os marcos normativos que orientam as práticas educativas inclusivas na EJA-EPT. Entre os documentos analisados destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (2014–2024), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), bem como diretrizes e normativas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica e à Educação de Jovens e Adultos.

Os dados provenientes da revisão da literatura e da análise documental foram examinados através da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. As categorias analíticas foram definidas a partir dos eixos centrais da pesquisa - práticas pedagógicas inclusivas, diversidade geracional e cidadania digital na EJA-EPT, possibilitando a identificação de convergências, lacunas e tendências presentes tanto na produção acadêmica quanto nos documentos oficiais.

Esse percurso metodológico assegura rigor científico ao estudo e favorece uma compreensão crítica e sistematizada do fenômeno investigado, contribuindo para reflexões consistentes acerca dos desafios e das possibilidades de consolidação de práticas educativas inclusivas na EJA-EPT.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo decorrem da análise sistemática da produção acadêmica e dos documentos oficiais relacionados à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), com foco nas práticas pedagógicas inclusivas, na diversidade geracional e na cidadania digital. A revisão da literatura e a análise documental permitiram identificar convergências teóricas, desafios recorrentes e lacunas persistentes no campo investigado, evidenciando tensões entre os pressupostos normativos e a realidade institucional.

De modo geral, a análise dos estudos selecionados revela que, embora haja consenso teórico quanto à centralidade da educação inclusiva na EJA-EPT, sua efetivação no cotidiano das instituições ainda se apresenta limitada. A inclusão é amplamente

defendida no plano discursivo, mas permanece fragilmente materializada em práticas pedagógicas sistemáticas e institucionalizadas. Essa distância entre os marcos legais, as orientações teóricas e as experiências vivenciadas pelos sujeitos configura um dos principais nós críticos apontados pela literatura.

A partir desse diagnóstico, os resultados indicam que a articulação entre educação inclusiva, práticas pedagógicas integradoras e cultura digital constitui um eixo estruturante para o fortalecimento da EJA-EPT. As produções analisadas destacam que a valorização da diversidade, associada ao uso pedagógico das tecnologias e à adoção de metodologias integradoras, contribui para a permanência, o engajamento e o protagonismo dos estudantes, reforçando o compromisso com a equidade e com a formação humana integral.

Ao aprofundar a análise das práticas pedagógicas inclusivas, observa-se que a literatura reconhece avanços conceituais importantes, como a defesa de currículos flexíveis, metodologias contextualizadas e processos avaliativos formativos. Contudo, os estudos apontam que tais práticas ainda ocorrem de forma pontual e dependente da iniciativa individual dos docentes, não se consolidando como políticas pedagógicas institucionais, o que favorece a reprodução de modelos tradicionais de ensino pouco sensíveis às trajetórias dos educandos.

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas inclusivas são compreendidas como elemento central para a permanência e o êxito dos estudantes da EJA-EPT. Autores como Freire (1996; 2019) e Mantoan (2003) convergem ao afirmar que a inclusão ultrapassa o simples acesso à escola, exigindo a reorganização do currículo, das metodologias e das relações pedagógicas, especialmente em contextos marcados por trajetórias escolares interrompidas e múltiplas experiências de vida.

No que diz respeito à diversidade geracional, a literatura aponta que a coexistência de jovens, adultos e idosos constitui uma característica estruturante da Educação de Jovens e Adultos. Ainda assim, em parte dos estudos analisados, as diferenças etárias são tratadas como obstáculos à aprendizagem, associadas a ritmos, expectativas, motivações e formas distintas de relação com o conhecimento, o que exige do docente práticas pedagógicas flexíveis e sensíveis às singularidades dos estudantes (OLIVEIRA, 1999; ARROYO, 2017; MACHADO; RODRIGUES, 2013; BASTOS, 2024)

Por outro lado, essa heterogeneidade geracional pode se configurar como uma potência pedagógica. A convivência entre diferentes gerações favorece a aprendizagem colaborativa, amplia as trocas de saberes e fortalece a construção coletiva do

conhecimento, desde que sustentada por planejamento pedagógico intencional e pelo reconhecimento dos saberes prévios e das experiências de vida dos educandos.

Nessa direção, o convívio intergeracional é compreendido como um recurso pedagógico capaz de promover o respeito mútuo e enriquecer os processos educativos, em razão da oportunidade de troca de saberes entre sujeitos que compartilham o mesmo espaço formativo. Assim, a literatura recente enfatiza que a pluralidade de sujeitos na EJA deve ser compreendida como um mosaico de saberes, no qual as diferenças etárias e geracionais assumem centralidade na construção de práticas pedagógicas inclusivas, contextualizadas e sensíveis às especificidades dos educandos, ampliando a compreensão da diversidade para além de uma visão meramente etária (DE SOUSA et al., 2025).

É nesse cenário de diversidade e desigualdades que se insere o debate sobre a cidadania digital na EJA-EPT. A produção acadêmica evidencia que, embora as tecnologias digitais sejam frequentemente apontadas como instrumentos de ampliação do acesso ao conhecimento, seu uso pedagógico ainda ocorre de forma desigual e, muitas vezes, restrito ao aspecto instrumental, desconsiderando condições materiais, níveis de letramento digital e especificidades geracionais.

As barreiras pedagógicas e digitais configuram-se, portanto, como um eixo recorrente nos estudos analisados sobre a EJA-EPT. Embora as tecnologias estejam cada vez mais presentes nas políticas educacionais e nos documentos normativos, seu uso pedagógico permanece desigual. Nesse contexto, Kenski (2012) e Moran (2007) ressaltam a importância de uma mediação pedagógica intencional para que esses recursos se tornem instrumentos de inclusão, e não de reforço das desigualdades existentes.

A análise dos estudos indica que a formação continuada e reflexiva dos docentes da EJA-EPT ainda é limitada e pouco sistematizada. Embora a literatura destaque a necessidade de articular saberes técnicos e pedagógicos para práticas educativas críticas e éticas (Franzoi e Silva, 2014; Lorenzet e Andreolla, 2020; Moura, 2007), na prática essa formação depende de iniciativas pontuais e individuais. Essa lacuna gera desigualdade na apropriação de competências digitais e pedagógicas e evidencia a ausência de mecanismos institucionais contínuos. Assim, a falta de formação estruturada constitui um entrave à consolidação de um modelo de ensino inclusivo, interdisciplinar e mediado pelas tecnologias digitais.

Considerando que os jovens tendem a apresentar maior familiaridade com os recursos tecnológicos, enquanto adultos e idosos enfrentam maiores dificuldades de acesso e de letramento digital, intensificam-se os riscos de exclusão. Diante disso, torna-

se imprescindível uma mediação pedagógica que transforme as tecnologias em ferramentas de inclusão social e educacional.

Além disso, os estudos destacam que a ausência de políticas institucionais de formação continuada de professores constitui um dos principais entraves à consolidação de práticas digitais inclusivas na EJA-EPT. As dificuldades relatadas pelos docentes em integrar criticamente as tecnologias ao ensino evidenciam que a cidadania digital deve ser compreendida como um processo coletivo, sustentado por condições pedagógicas, formativas e institucionais adequadas.

A cidadania digital emerge, assim, como um conceito transversal e estratégico para a EJA-EPT. Para além do domínio técnico das ferramentas digitais, os estudos enfatizam o uso crítico, ético e consciente das tecnologias como condição para a participação social e o exercício da cidadania, ampliando o protagonismo e as possibilidades de inserção social e profissional dos estudantes (OLIVEIRA; DUARTE FILHO, 2017).

Essa compreensão é reforçada pela análise documental, a qual evidencia que, embora as legislações e diretrizes educacionais reconheçam a relevância da inclusão, da diversidade e do uso das tecnologias digitais, ainda persistem lacunas significativas no que se refere à operacionalização desses princípios. Documentos como a LDB (BRASIL, 1996), o PNE (BRASIL, 2014) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) apresentam orientações gerais voltadas às especificidades dos sujeitos da EJA, contudo, carecem de mecanismos efetivos de acompanhamento, financiamento e avaliação das políticas direcionadas à EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica.

Tal fragilidade contribui para a manutenção de desigualdades estruturais e dificulta a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, a literatura evidencia lacunas significativas na operacionalização desses princípios, especialmente no que concerne à formação docente, ao financiamento e aos mecanismos de acompanhamento das políticas públicas. A ausência de estratégias articuladas entre inclusão, diversidade geracional e cidadania digital configura-se, assim, como um entrave central à efetivação de uma EJA-EPT verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, os resultados da revisão da literatura e da análise documental indicam que a construção de práticas pedagógicas inclusivas na EJA-EPT demanda uma abordagem integrada, que reconheça a diversidade geracional como potência pedagógica e promova a cidadania digital como dimensão constitutiva do processo formativo. A

articulação entre essas dimensões mostra-se fundamental para a consolidação de uma educação democrática, equitativa e socialmente referenciada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma as práticas educativas inclusivas, articuladas à diversidade geracional e à cidadania digital, vêm sendo abordadas na produção acadêmica e nos documentos oficiais no âmbito da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT). Para tanto, adotou-se como percurso metodológico a revisão da literatura associada à análise documental, o que possibilitou uma compreensão crítica e sistematizada do fenômeno investigado, sem a realização de coleta direta de dados com sujeitos.

A análise evidenciou que tanto a literatura quanto os marcos normativos convergem ao reconhecer a inclusão como princípio estruturante da EJA-EPT, destacando a necessidade de práticas pedagógicas que considerem as trajetórias escolares interrompidas, as experiências de vida e a diversidade etária dos estudantes. Nesse sentido, as práticas educativas inclusivas revelam-se fundamentais para promover a permanência, o engajamento e o êxito escolar dos sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino.

Os resultados também indicam que a diversidade geracional, característica marcante da EJA-EPT, representa simultaneamente desafios e potencialidades pedagógicas. A coexistência de diferentes gerações em um mesmo espaço formativo exige metodologias flexíveis e sensíveis às singularidades dos educandos, ao mesmo tempo em que favorece a troca de saberes, o diálogo intergeracional e a construção coletiva do conhecimento. Quando reconhecida e valorizada, essa diversidade contribui para a constituição de ambientes de aprendizagem mais democráticos, colaborativos e inclusivos.

No que se refere à cidadania digital, a literatura e os documentos oficiais analisados apontam que o uso das tecnologias digitais na EJA-EPT deve ultrapassar uma perspectiva meramente instrumental. A promoção do uso crítico, ético e consciente das tecnologias configura-se como elemento central para o fortalecimento do protagonismo dos estudantes, ampliando suas possibilidades de participação social e de inserção no mundo do trabalho. Entretanto, persistem desafios relacionados ao acesso às tecnologias, ao letramento digital e à formação docente, os quais demandam políticas públicas e ações

institucionais mais consistentes e articuladas.

Além disso, os resultados deste estudo evidenciam que a efetivação de práticas educativas inclusivas na EJA-EPT não depende exclusivamente da ação individual dos docentes, mas requer o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com a equidade e com a valorização da diversidade. A ausência de políticas pedagógicas integradas, de planejamento coletivo e de espaços sistemáticos de formação continuada fragiliza a consolidação de práticas inclusivas, contribuindo para a reprodução de modelos tradicionais de ensino pouco sensíveis às especificidades dos sujeitos da EJA.

Sob a perspectiva das políticas públicas, os resultados indicam que, embora os documentos normativos reconheçam a importância da inclusão, da diversidade geracional e da cidadania digital, ainda há uma lacuna significativa entre o plano legal e a materialização dessas diretrizes no cotidiano das instituições. Tal distanciamento revela a necessidade de maior investimento em financiamento, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas à EJA-EPT, bem como de estratégias articuladas que integrem educação, tecnologia e inclusão social de forma mais efetiva.

Diante desse cenário, este estudo contribui para o campo da Educação ao sistematizar reflexões teóricas e normativas sobre práticas educativas inclusivas na EJA-EPT, evidenciando a importância da articulação entre inclusão, diversidade geracional e cidadania digital. Como limitação, destaca-se a ausência de investigação empírica em contextos específicos, o que abre possibilidades para pesquisas futuras que explorem experiências concretas em instituições, cursos ou perfis distintos de estudantes da EJA-EPT.

Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de que a EJA-EPT seja compreendida para além de uma política compensatória, assumindo-se como um espaço legítimo de produção de conhecimentos, saberes e identidades. Reconhecer os estudantes jovens e adultos como sujeitos históricos, portadores de experiências profissionais, culturais e sociais, implica repensar as práticas pedagógicas, os currículos e as formas de avaliação, de modo a superar perspectivas homogêneas e meritocráticas que historicamente marcaram essa modalidade de ensino.

Por fim, ao compreender a EJA-EPT como um espaço de formação humana integral, este estudo reafirma seu papel estratégico na promoção da justiça social e da cidadania. A articulação entre práticas pedagógicas inclusivas, reconhecimento da diversidade geracional e promoção da cidadania digital amplia as possibilidades de emancipação dos estudantes, fortalecendo sua participação social, política e profissional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BASTOS, Silvana Azevedo. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: heterogênea e diversificada. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 6, n. 3, p. 1221-1232, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2014–2024): Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: MEC, 2014.

DE SOUZA, Amilton Alves et al. Mosaico de saberes: pluralidade e diversidade na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 8, n. 15, p. 8-9, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro. Desvelando os saberes da docência na Educação Profissional. **Boletim técnico do Senac**, v. 40, n. 3, p. 38-57, 2014.

HADDAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)**. Mec, 2002.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2012.

LORENZET, Deloize; ANDREOLLA, Felipe. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. e6136-e6136, 2020.

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. Diversidade geracional na educação de jovens e adultos—implicações para a prática pedagógica. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, ES. a. 10, v. 19, n. 37, p. 59-78, jan./jun. 2013

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar**

lá. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional e tecnológica: concepções, políticas e práticas**. Campinas: Autores Associados, 2018.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista brasileira de educação**, n. 12, p. 59-73, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.